



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

FREDERICO AMONIQUE DJASSI

**ACORDO ECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU COM A UNIÃO EUROPEIA
NA ÁREA DE PESCA (2012 À 2020)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

FREDERICO AMONIQUE DJASSI

**ACORDO ECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU COM A UNIÃO EUROPEIA
NA ÁREA DE PESCA (2012 À 2020)**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC II), modalidade Projeto de Pesquisa apresentado a Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, sob a orientação do professor: Dr. Daniel De Lucca Reis Costa.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

FREDERICO AMONIQUE DJASSI

**ACORDO ECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU COM A UNIÃO EUROPEIA
NA ÁREA DE PESCA (2012 À 2020)**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC II), modalidade Projeto de Pesquisa apresentado a Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 30/01/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel De Lucca Reis Costa (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Rafael Palermo Buti

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por me proporcionar saúde, esforço, fé, sabedoria, persistência e muita dedicação desde o início da minha formação até o presente data.

À minha mãe Domingas Pereira, por sempre cuidar de mim desde criança até deixar o meu país rumo ao sonho da minha vida e dela no Brasil, ela que mesmo com muita dificuldade, vendendo no mercado para poder me sustentar e pagar a minha escola desde criança sozinha, nunca desistiu de dar o melhor para mim.

Ao meu pai Ensa Djassi, que mesmo tendo ficado por longe durante boa parte da minha infância, mas teve um papel importante no meu processo educativo.

Aos meus padrinhos e madrinha, Núria Clauciana Barros Da Silva, Geraldo Martins e João Albino Mendonça, por sempre serem a segunda mãe e pais, contribuíram muito para minha vinda até ao Brasil estudar.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), por me ter dado essa oportunidade de poder adquirir um diploma de formado em bacharelado interdisciplinar em humanidades, sou muito grato por todo esse percurso.

Ao meu professor orientador, Doutor Daniel De Lucca Reis Costa, por assumir o papel de guia acadêmico, trabalhando com muita dedicação, esforço e persistência para poder me tornar um grande acadêmico e um futuro grande profissional.

Aos meus professores/as, que desde o início da minha integração à UNILAB, sempre proporcionaram o melhor ensinamento possível e preciso para alavancar e me tornar um futuro profissional de qualidade.

Ao meu irmão e minha irmã, Arlete Da Silva e Darcileia Mendes, por sempre me deram apoio emocional e motivação, para seguir firme na minha carreira.

À minha companheira, parceira e esposa, Monica Antonio Lima e aos meus filhos, Larissa Amonique Djassi e Kanil Frederico Lima Djassi, por serem o lugar de refúgio para as minhas dificuldades e por compartilhar momentos bons e ruins durante o meu percurso estudante e de pai.

À minha família, que também contribuíram muito com grandes incentivos a seguir o percurso acadêmico como algo que irá me libertar no futuro.

Aos meus amigos/as Binhanfissana João Yala, Cornélia Mendes, Ianice Malak, Zinha Nhaga Indame, Jaquiela Gomes, Jaime Jorge Manuel David, atc, que também desempenharam um papel fundamental durante o meu percurso acadêmico, partilhando sempre os momentos bons e ruins comigo.

À todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho e na formação da minha vida acadêmica.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - África, Caraíbas e Pacífico

APPS - Acordos de Parceria no domínio da Pesca Sustentável

BM - Banco Mundial

CIPA - Centro de Investigação Pesqueira Aplicada

FISCAP - Fiscalização e Controlo de Atividades de Pesca

G-B – Guiné-Bissau

IBAP- Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

RBBB - Reserva da Biosfera Bolama Bijagós

TAC -Total Admissível de Captura

TAB - Taxa de Arqueação Bruta

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

UE - União Europeia

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviética

ZEE - Zona Económica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PROBLEMA DA PESQUISA	13
3	OBJETIVOS	15
3.1	OBJETIVO GERAL	15
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
4	JUSTIFICATIVA	15
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
6	METODOLOGIA	21
	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

Esse projeto de pesquisa busca compreender o acordo econômico da Guiné -Bissau (G-B) com a União Européia (UE) na área de pesca (APPS- Acordos de Parceria no domínio da Pesca Sustentável) entre os anos de 2012 e 2020, considerando os impactos causados às populações locais do país. Guiné-Bissau está situado na África Ocidental, faz fronteira ao norte com a República de Senegal, ao sul com a República de Guiné-Conakri e à oeste margeia o Oceano Atlântico. O território de Guiné-Bissau, além da principal faixa de terra continental, é composto por 88 ilhas, ilhéus e ilhotas que integram o arquipélago dos Bijagós, do qual apenas 20 ilhas se encontram habitadas. Formado em ilhas de origem vulcânica, Bijagós possui com alta diversidade de habitats marinhos, o qual oferece condições propícias para abrigar grande diversidade de crustáceos, moluscos e peixes. (CLAUDE, apud TE, 2005 p.01).

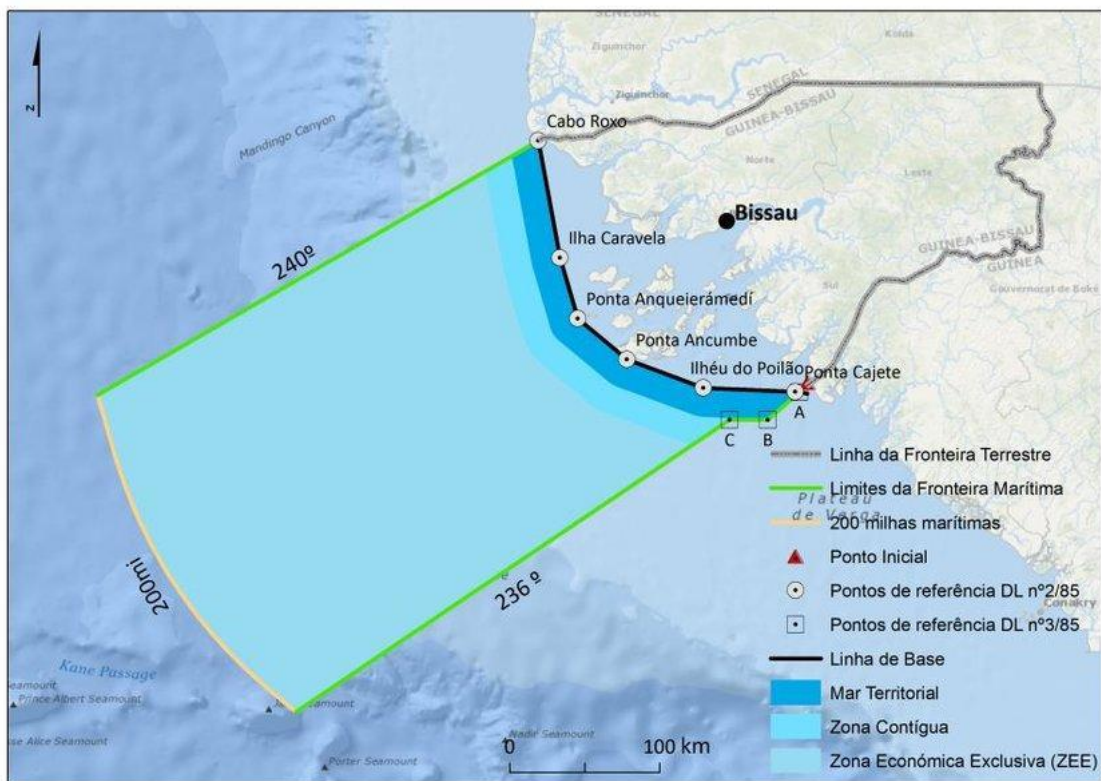
O arquipélago dos bijagós, conta com ilhas situadas ao longo da costa africana, contendo uma área protegida classificada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1996 como reserva da biosfera. conta maioritariamente com população da etnia bijagó, na qual a sua atividade econômica se baseiam na agricultura. Bolama, que faz parte do arquipélago dos bijagós, foi a primeira capital da Guiné-Bissau, o arquipélago se encontra a 76.3 km da capital Bissau. (PEREIRA, 2019).

A costa de Guiné-Bissau é um grande delta, marcada pela grande presença de estuários. Possui cerca de 280 km de extensão, "com numerosos estuários, entre os quais se destacam os dos rios Cacheu, Geba, Cacine, Mansoa, Corubal e Tombali, bem como muitos canais, alguns destes navegáveis por embarcações de grande porte". (SILVA et al. apud TE 2005 p. 01). Tem destaque o rio Geba, o maior e mais caudaloso do país. Nascendo na parte noroeste do território da Guiné Conakri e recebendo inicialmente o nome de rio Calanga (ou *Kayanga*), seu leito corre para o norte, adentrando no Senegal, fazendo uma longa curva para o sul, penetrando a nordeste das terras bissau-guineenses, passando a chamar-se finalmente Geba. Por ser um rio de planície, que inunda em épocas de chuvas, além de uma extraordinária via de comunicação e transporte, serve também de fonte para irrigação agrícola, sobretudo a cultura do arroz, e seu delta, o estuário de Geba (ou Canal de Geba-Caió), que o liga ao Oceano Atlântico. O deságue do rio Geba e de outros rios que correm do interior para o litoral são importantes definidores da paisagem costeira bissau guineense, extremamente recortada, com uma heterogeneidade que acompanha a variação das correntes fluviais e oceânicas, uma região de imensa biodiversidade terrestre e marinha, com especial presença de diferentes formas de vida aquáticas que ali se

alimentam e se reproduzem. A parte litorânea é regularmente inundada pelas marés que se estendem até 40 quilômetros para o interior.

O território de soberania marítima da costa bissau-guineense, que pode ser observada no mapa abaixo, apresenta grande quantidade de peixes, moluscos, camarões, entre outros seres que habitam suas águas. Esta biodiversidade marinha constitui uma importante fonte de renda associada ao setor de pesca, nacional e internacional, gerando milhões de euros para empresas estrangeiras e também para o cofre do Estado guineense, por meio de acordos de cooperação com a União Europeia e com outros países cujos barcos possuem licença para pescar na costa guineense.

Figura 1 - Limites marítimos da Guiné-Bissau



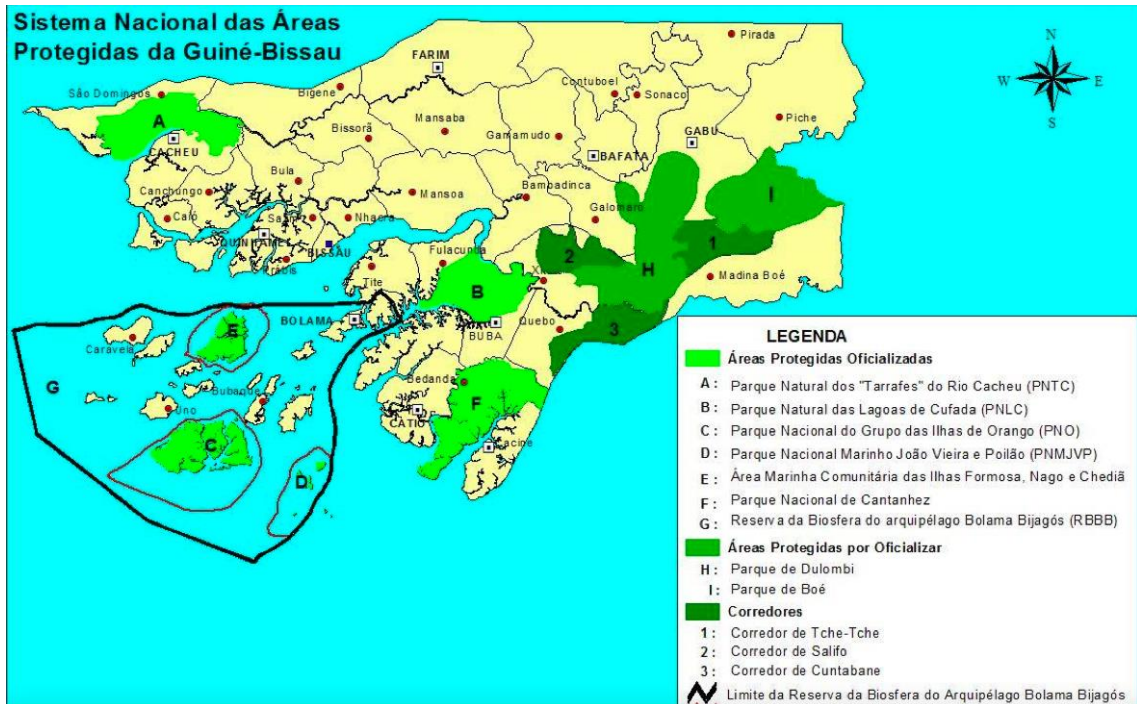
Fonte: Aleixo Cristina e Maria Carmo Nunes (2016).

A plataforma continental tem cerca de 15.000 km², estendendo-se para sudeste do arquipélago de Bijagós e, ao longo desta, existem três áreas de pesca bem delimitadas: a) uma faixa com profundidades inferiores a 10 m, com mais ou menos 200 km² de extensão, acessível a pirogas e outras embarcações artesanais; b) uma faixa com profundidades de 10 – 20 m, com cerca de 28.000 km², onde opera a maior parte das frotas estrangeiras; c) a última faixa tem de 20 – 200 m de profundidade, com fundos irregulares e acidentados, onde se encontram abundantes recursos pesqueiros (REINER Apud TE 2005 p. 01)

De acordo com Embaló (2021), existem dois principais tipos de recursos pesqueiros nas águas da Guiné-Bissau: os pelágicos e os demersais. De um lado, os recursos pesqueiros pelágicos, constituídos por organismos vivos aquáticos que vivem em colunas de água e não dependem dos fundos marinhos, como por exemplo: a sardinha, o carapau e o atum. Do outro, os recursos pesqueiros demersais são organismos vivos aquáticos que habitam no fundo do mar, como por exemplo: a dourada, os crustáceos (camarão), e os cefalópodes (lagosta, polvo). Dessa forma, segundo a avaliação científica do estoque dos recursos haliêuticos da ZEE (zona econômica exclusiva) da Guiné-Bissau, realizada em 2018 pelo Instituto Martiniano de Pesquisa Oceanográfica e Pesca em colaboração com o Centro de Investigação pesqueira Aplicada (CIPA), dirigida às espécies pelágicas e demersais, existe uma biomassa estimada de 640.800 toneladas, sendo que a produção anual de 2019 atingiu um valor na ordem de 140.511 toneladas, num universo de 101 navios licenciados. (EMBALÓ, 2021)

No âmbito mundial, os pequenos pelágicos se encontram com grandes riscos, e podem vir a desaparecer, caso não haja uma medida protetiva e preventiva adequada desses recursos. Em destaque no mapa abaixo, a Reserva da Biosfera Bolama Bijagós (RBBB), criada em 1996 com reconhecimento da UNESCO é uma importante área para a reprodução da vida marinha na região e constitui, por isso mesmo, um centro atrativo cada vez maior para os pescadores da África Ocidental, a maior parte originária de países onde as reservas de peixes já foram destruídas devido à superexploração. Nessa situação, vale ressaltar a importância do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), em Guiné-Bissau, responsável pelo sistema nacional de áreas protegidas, atuando no cuidado com paisagens naturais consideradas fundamentais para preservação ambiental e a biodiversidade no país, entre eles o marinho, honrando os seus compromissos com parcerias das organizações nacionais e internacionais a fim de cumprir protocolos e acordos de proteção ambiental (DIAS, 2016).

Figura 2 - Sistema Nacional das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, com destaque, na costa, para os limites da Reserva da Biosfera Bolamo Bijagós (RBBB)



Fonte: CASSANÁ; LONA; LOPES, s/d

Já o campo da produção pesqueira em Guiné-Bissau pode ser dividido em duas modalidades: a pesca artesanal e a industrial. A pesca artesanal é a mais antiga e feita de uma forma predominante pelos pescadores nacionais, atingindo cerca de 70% dos pescadores artesanais, e também, a outra parcela é composta por pescadores vindos dos países vizinhos (Senegal, Serra Leoa e Guiné-Conacri) que compõem o restante 30% dos pescadores artesanais. Esses pescadores artesanais, por falta de materiais mais sofisticados para a pesca em grande escala, utilizam canoas, linha-de-mão e outras redes, que são regulamentadas pelo governo para a pesca. Por sua vez, a pesca industrial é composta ou feita por barcos de grande porte, na qual são equipadas com aparelhos tecnológicos e modernos, de alto custo, capazes de auxiliar na navegação e na detecção de cardumes, com uma capacidade de navegação, de transporte e um resultado de captura de pescado muito maior. (INTCHAMA e ARAÚJO, 2010)

Há dois fatores que exercem grande influência no consumo de peixes e outros produtos provenientes do mar em Guiné-Bissau. O país conta com mar e rios muito favoráveis para pesca, capazes de alimentar toda a população nacional, composta por cerca de dois milhões de habitantes. Por outro lado, os preços das carnes dos bois, porcos e os demais animais são muito caros no país, visto o nível de pobreza da população.

Segundo TE (2005), a maior parte da economia guineense centraliza-se na exploração de recursos naturais, baseada na agricultura, peixes, castanha de caju e nozes. Por sua vez, as principais importações de Guiné-Bissau são: Arroz, petróleo refinado, cimento, medicamentos, vindo principalmente de Portugal, Senegal e China (OEC, 2020). A economia dependente de Guiné-Bissau, fundada na produção e exportação de produtos primários, pouco ou nada manufaturados, tem impacto direto na situação socioeconômica de sua população. De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em 2019 o país continua mantendo o índice de desenvolvimento muito baixo, a pobreza atingiu 67,2 % da população. Seguindo os índices globais, Guiné-Bissau é considerado um país pouco desenvolvido e estruturalmente pobre, enquadrado entre aqueles que dependem de assistência externa para funcionamento das instituições estatais e no recebimento de financiamentos para projetos de desenvolvimento socioeconômico (CAMARA 2015). Segundo relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) a Guiné-Bissau é considerado um dos países que mais beneficiou da ajuda internacional entre os países membros, mas um de seus maiores obstáculos parece situar-se no nível da administração e da política, sobretudo devido às frequentes acusações de corrupção, fragilidades institucionais e os processos de crise e instabilidade política e social vividos no país (CAMARA, 2015).

Apesar das dificuldades, o governo de Guiné-Bissau tem se esforçado por instaurar mecanismos de regulamentação e controle do setor. O Ministério das Pescas da Guiné-Bissau, criado mediante um Decreto Presidencial (nº 05/2013), constitui atualmente o principal órgão do governo responsável pela administração do setor das pescas, adotando medidas que garantam a preservação, exploração e gestão de uma forma racional dos recurso haliêuticos.

Há também uma entidade estatal chamada Fiscalização e Controle de Atividades de Pesca (FISCAP) que tem a função de controle de fiscalização de todas as atividades ligadas à pesca nacional, tanto barcos de pequeno porte como de grande porte. A instituição atua conjuntamente com outros órgãos do governo formando equipes de fiscalização. Estas equipes integram inspetores do FISCAP, membros da Marinha Nacional e Agentes da Guarda Nacional Costeira (EMBALÓ, 2021). Contudo, o poder marítimo do Estado de Guiné-Bissau não é expressivo se contrastado aos países vizinhos, sobretudo se comparado ao poder marítimo de outras potências extra-regionais cujas embarcações acabam por desenvolver a pesca em seu litoral. Guiné-Bissau não possui uma marinha mercante forte, tampouco uma armada ou frota capaz de controlar a pirataria, fiscalizar, defender e garantir a segurança em suas águas territoriais. O país conta com 5 principais portos a nível nacional, nomeadamente o porto de

Bissau, de Buba, de Farim, de Cacheu e Quinhamel. Todos atuam na área de comércio internacional e também nas atividades ligadas à pesca. (EURISLES, 2022)

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Existem múltiplos usos e sentidos que podem ser atribuídos aos mares e oceanos pelos seres humanos. No entanto, a visão mais realista e, por vezes, utilitarista da geopolítica tem considerado as águas marítimas em sua importância estratégica, como fonte de recurso, riqueza e poder.¹ Como espaços estratégicos, as águas marítimas servem não apenas para a manutenção da segurança e da soberania dos Estados, mas configuram um teatro de disputa entre potências e diferente projetos de desenvolvimento econômico, assim como também uma arena para o exercício da dominação de certos setores estratégicos, associados aos recursos minerais (como o petróleo), alimentares (como a pesca) e mesmo turísticos (como as praias). Num contexto global no qual a temática da fome e da segurança alimentar urge, sobretudo em países do Sul Global, o controle sobre a pesca transformou-se num dos setores econômicos mundiais chaves. Isso é particularmente verdadeiro na Guiné-Bissau, onde a pesca fornece uma contribuição muito significativa na segurança alimentar, na garantia de emprego, na redução da pobreza e no aumento do comércio. (EMBALÓ, 2021).²

Em Guiné-Bissau o mar é utilizado não só para pesca, mas também para transporte e travessia entre diferentes ilhas habitadas, para exploração do sal e coleta de mariscos tais como: caranguejo, ostra e mariscos diversos como o combe e o djapuf. Estes mariscos são tratados artesanalmente, em sua grande maioria, por mulheres e são direcionados para os mercados

¹ Este é um debate central no contexto de nascimento da geopolítica enquanto campo de conhecimento. Alfred Mahan defendia a tese de que "o controle dos mares para fins comerciais e militares havia sido decisivo em todas as guerras, desde o século XVII." e que diferentemente da terra, sempre um obstáculo, o mar era uma planície aberta. Uma nação capaz de controlar essa planície poderia explorar as riquezas do mundo. Já Friedrich Ratzel argumentava que o "poder marítimo conduz ao poder mundial, uma vez que a massa líquida dos oceanos contém a massa sólida dos continentes, e estes últimos estão separados entre si, ao passo que os oceanos estão interligados" (PENHA, 2007, p. 139-140). Vale destacar que Mahan e Ratzel, fundadores da geopolítica clássica, desenvolveram suas ideias na passagem dos séculos XIX para o XX e teorizaram o conceito de "poder marítimo" a partir dos próprios interesses expansionistas de seus respectivos impérios coloniais, o estadunidense e o prussiano.

² No comércio mundial de pescado e produtos de pesca pode-se falar que houve um grande crescimento de 2006 à 2008. A crise econômica que atingiu o mundo neste ano diminuiu o consumo na maioria dos países, registrando a queda das importações em quase todos os mercados em 2009. Apesar da diminuição dos gastos por parte dos consumidores entre 2008 e 2009 (GOUVEIA apud NOMURA, 2010), o mercado do pescado continuou atuando de forma positiva e foi impactado pela pandemia, que promoveu um novo incremento na demanda e no consumo mundial de pescado e de alimentos em geral.

nacionais, sendo uma fração destes alimentos voltados para o próprio consumo dos grupos de pesca e seus familiares, o que acaba ajudando muito no sustento dessas pessoas.

A atividade de exploração nas águas do território da Guiné-Bissau antes do país ser independente começou de uma forma artesanal, num modelo mais tradicional de pesca, feita como um modo de subsistência familiar e econômica, utilizando-se de canoas movidas a remo, à vela ou mesmo motorizadas, quando acessível. Este tipo de atividade empregava e fornecia alimento para muitas pessoas. Na Guiné-Bissau, os principais sujeitos atuantes na intermediação entre pescadores e consumidores, são as "bideiras", mulheres que viram neste mercado informal um modo fundamental de ganhar o pão de cada dia para si e suas famílias. (TE, 2005).

Na Guiné-Bissau, a política de cooperação internacional na área marítima teve o seu início depois da independência, em 1975, quando começaram a ser estabelecidas concessões de licença de pesca a colaboradores internacionais, sempre baseadas nas negociações e acordos das lideranças políticas. Antes disso, o domínio do território marinho estava sob controle do governo colonial português. Entre os países que estabeleceram acordos com Guiné-Bissau independente encontram-se a antiga União Soviética (URSS) e a Argélia. Neste período o mar da Guiné-Bissau era dominado pelas embarcações industriais de pesca da União Soviética, seu parceiro mais importante à época, visto que Moscou havia apoiado a luta pela libertação do país contra o colonialismo português.

O tempo foi passando e a Guiné-Bissau passou a fortalecer suas relações diplomáticas com outros países da União Europeia, Ásia e do continente africano. Com o fim da Guerra Fria, a maior liberalização e a abertura econômica do país, outros países estabeleceram acordos e conseguiram concessões, como Espanha, Itália e Portugal. Os primeiros acordos entre a Guiné-Bissau e a União Europeia ocorreram em 1983, com um valor de aproximadamente 13 milhões de francos franceses (TE, 2005).

Posteriormente ganharam destaque outros países asiáticos, como China e Japão. Estes novos acordos ocorreram entre os anos de 1990 e 2003, com exceção do período da guerra civil de "7 de junho", que perdurou entre 1998-1999 e levou a uma suspensão formal destes acordos. A progressão gradativa destes acordos, o aumento do número de parceiros e a evolução das técnicas de pesca, promoveu ao crescimento da pesca industrial no mar territorial bissau-guineense, impactando a oferta de peixes disponíveis para a pesca artesanal, de baixa escala, de baixo impacto e voltada principalmente ao consumo nacional e regional. (EMBALÓ, 2021).

Este projeto de pesquisa busca compreender o acordo entre Guiné-Bissau e a União Europeia na área da pesca, contextualizando sua história recente, com destaque para o período

entre os anos de 2012 e 2020, e examinando os impactos econômicos e sociais deste acordo na vida da população bissau-guineense. O projeto interroga sobre os procedimentos envolvidos na feitura dos acordos internacionais de pesca e concessão de licença de Guiné-Bissau com a União Europeia. Pretende-se analisar como a pesca industrial europeia foi implantada na Guiné-Bissau e como ela afeta a população local.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender o acordo econômico da Guiné-Bissau com a União Europeia na área de pesca entre os anos de 2012 a 2020. (APPS)

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o papel do ministério das pescas da Guiné-Bissau nos acordos (APPS) da União Europeia e concepções das licenças de pesca dos diferentes governos ao longo do período citado;
- Destacar a inserção da União Europeia na Guiné-Bissau e os efeitos econômicos e sociais causados pelos acordos de pesca aos cidadãos nacionais em detrimento do mercado Europeu e dos demais países.

4 JUSTIFICATIVA

Sou natural de Guiné-Bissau e a construção deste tema de pesquisa ocorreu a partir de uma questão que muito me preocupa, o fraco sistema de abastecimento de peixes no mercado nacional. Guiné-Bissau possui muitos recursos marítimos, mas a população acaba consumindo pouco do que tem, pois as empresas estrangeiras de pesca industrial, especialmente europeias, levam a maior parte do pescado para o consumo exterior. Ainda que se diga que os acordos internacionais de pesca busquem o benefício do povo guineense, no que diz respeito ao abastecimento do mercado interno, isso não se realiza. A pesca artesanal continua como a principal fonte para abastecer os mercados de venda de peixes no país e sem esta modalidade

de pesca a população sofreria bastante. Sempre me questionei sobre essa situação, que também deve ser um tipo de indagação feita por muitas outras pessoas que se preocupam com a questão alimentar, pesqueira e da economia nacional e internacional bissau-guineense. Tenho interesse no tema da economia política e este projeto é um início de investigação nesta área. Imagino que se um dia eu estiver a ocupar um cargo na área de pesca no país faria de tudo para mudar essa situação e melhorar o sistema de abastecimento dos peixes no mercado interno, com vistas a diminuir a fome e melhorar a qualidade da alimentação da população local.

Grande parte dos pescadores nacionais não se formaram como profissionais na área de pesca, pois mantém-se o foco mais na pesca por alimentação caseira, em conjunto com as suas atividades agrícolas. Pescadores guineenses não possuem condições para adquirir equipamentos tecnológicos e materiais de pesca qualificados, para atividade de pesca marítima comercial. Esta fraca inserção guineense no âmbito da pesca marítima, se comparada ao potencial extrativista de outras nações, acabou abrindo espaço para pescadores artesanais estrangeiros. Assim, no próprio contexto da pesca artesanal do país, esta também tem ficado sob o domínio das embarcações estrangeiras de pescadores profissionais, vindos de países da região como: Senegal, Cabo-verde, Serra-Leoa, Guiné-Conacri e Gana. Alguns destes grupos estrangeiros acabam por instalar-se em acampamentos de pesca temporários ou permanentes implantados em diversas ilhas do arquipélago de Bijagós. Esta presença internacional no próprio setor de pesca artesanal também coloca problemas para uma visão integrada a respeito do desenvolvimento nacional, pois não estão voltadas para o mercado e o consumo da população de Guiné-Bissau, favorecendo mais o mercado externo em detrimento do mercado interno (EMBALO, 2021).

Em seu estudo Embaló argumentou que o mercado nacional de peixe e os demais recursos provenientes do mar da Guiné-Bissau são abastecidos de forma regular pelas embarcações de pesca artesanal, sendo que a transformação tradicional deste recursos e seus comércio informal são processos dominados por mulheres bideiras reunidas em associações socioprofissionais³. A relação entre os pescadores e as bideiras é importante. Há bideiras que vendem ao grosso, em grande quantidade, mas também que vendem a retalho, para os consumidores finais. A maior parte dos pescadores são financiados pelas bideiras que vendem ao grosso. Para a captura dos peixes e demais recursos marinhos, os pescadores ganham

³ Okafor-Yarwood (2022), destaca as dificuldades enfrentadas pelas mulheres pertencentes a zona da costa ocidental da África, visto que mesmo elas desempenhando também um papel fundamental no setor pesqueiro como processadoras, comerciantes e distribuidores desses pescados, enfrentam grande desafios: como insegurança no emprego, falta de financiamento, disponibilidade de peixes e creches, além de serem vulneráveis a crises diversas, como a pandemia de COVID-19.

comissões. As bideiras que vendem ao grosso são as responsáveis pela distribuição desses recursos em grande escala e que repassam, para as bideiras que vendem a retalho, para serviços de hotelaria e turismo, e também para os principais pontos de venda de pescados que se encontram situados na capital e grandes pontos de distribuição. As bideiras que vendem a retalho, por sua vez, fazem chegar esses pescados aos consumidores finais nos diferentes meios urbanos e no interior rural, de forma natural ou por vias de transformações de alguns pescados em peixe seco, salgado, fumado e casseque. (EMBALO, 2021)

A Lei Geral das Pescas de Guiné-Bissau determina que a exploração dos recursos biológicos aquáticos pertencentes ao país deve obedecer o princípio de preservação e precaução, tendo tomar medidas de cautela, para prevenção das futuras incertezas vindo mediante a evolução do conhecimento científico encontradas (artigo 3º do Decreto-Lei nº 10/2011 de 7 de junho). Tal medida cautelar deve ajudar o país no controle e na garantia da regeneração dos seus recursos biológicos marinhos, permitindo maior sustentabilidade de atividades ligadas à pesca. (EMBALÓ 2021 Apud SEPÉM, 2011). Contudo, para esta lei ser efetivada é necessário fiscalização. E mesmo sabendo da proibição da pesca sem autorização do Estado, barcos de grande e pequeno porte continuam a invadir as águas do país para pescar de maneira ilegal.

Os agentes de fiscalização e os critérios de controlo de pesca vinculados à FISCAP baseiam-se também nesta Lei Geral das Pescas. Eles averiguam a questão da segurança do barco, ordenam que essa embarcação apresente a licença de pesca, verificam os diários de navegação e de captura ou qualquer outro documento exigido ou emitido pelo ministério das pescas que lhe permite pescar ou navegar nas águas do território nacional, fiscalizam a captura que se encontra no navio, examinam se as redes de pesca se encontram em condições apropriadas, também podem verificar se as capturas foram legais ou não, e fazer a recolha de provas necessárias sobre a embarcação de pesca (EMBALÓ, 2021).

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

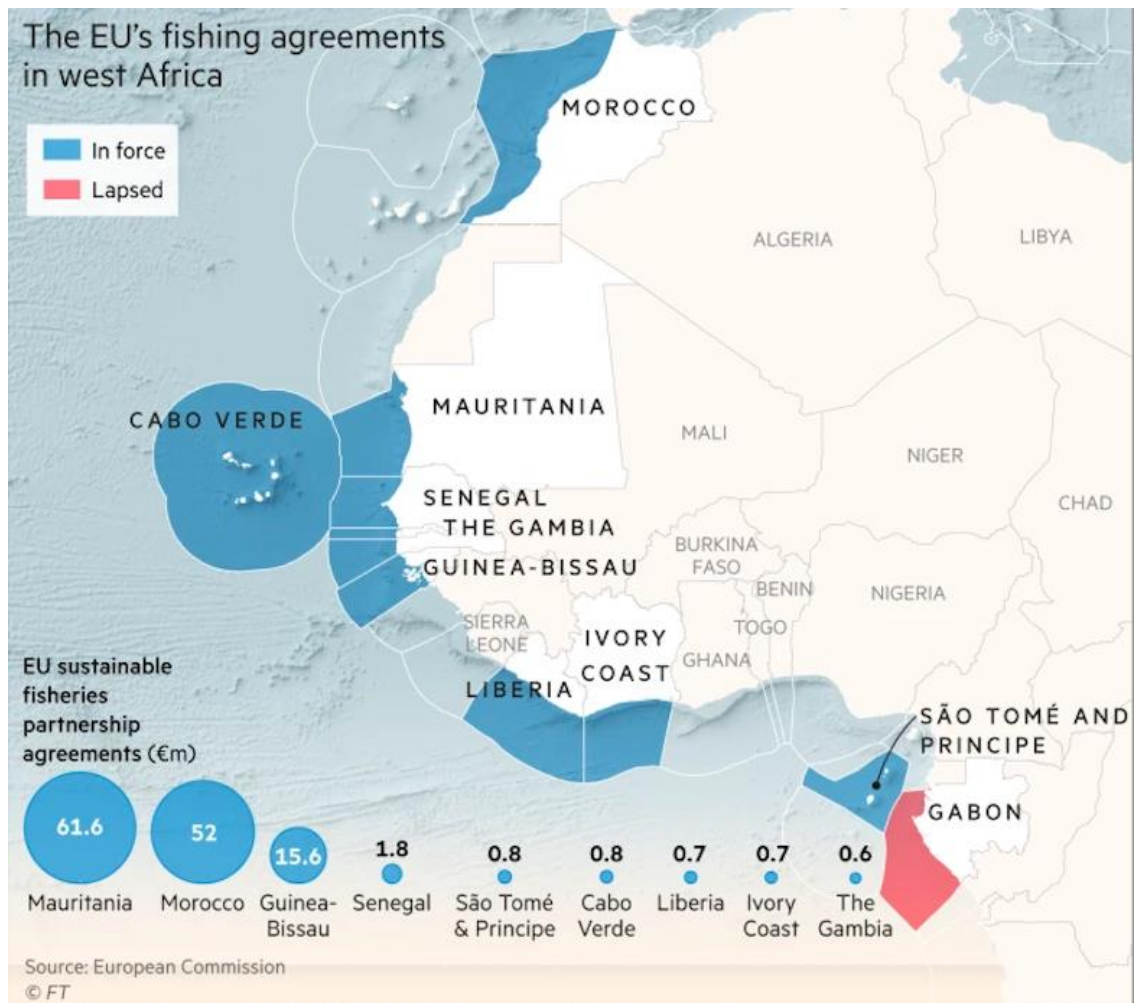
Esta pesquisa dialoga com alguns conceitos e ideias inspiradas pela teoria da dependência, refletindo sobre a reprodução das desigualdades no âmbito nacional e internacional, nas relações entre centro e periferia do sistema capitalista, nos limites e nas críticas ao desenvolvimento, e no modo como as lutas sociais podem se relacionar com processos da ecologia e da economia política.

O trabalho de Gunder Frank (1968) mostrou os problemas de se compreender o desenvolvimento econômico como uma sucessão de estágios, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, ignorando que foi o próprio sistema capitalista que produziu o entendimento e a situação do subdesenvolvimento enquanto tal. Sobre isso, Machado (1999) argumenta que a relação existente entre os países capitalistas e os ditos “subdesenvolvidos” é de uma dependência dentro do sistema internacional, pautada em relações de força e poder. Neste sentido a dependência é um desdobramento histórico do colonialismo, conhecido desde século XIX, no qual Estados hegemônicos impõem às ex-colônias um novo modelo sócio-econômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante.

Neste sentido, a leitura de Walter Rodney sobre o desenvolvimento africano vai mais além dos autores clássicos da teoria da dependência. Em seu livro "Como a Europa subdesenvolveu a África" ele ampliou os marcos temporais da investigação sobre o subdesenvolvimento para o período anterior à era moderna, a fim demonstrar que o continente africano havia se desenvolvido e contribuído para o florescimento do capitalismo europeu ainda no período pré-colonial. Para Rodney, tanto o colonialismo como o neocolonialismo, exercido pelos países centrais, operam como sistemas de subdesenvolvimento da África. (VALLES, 2021 Apud RODNEY,1974)

A inserção periférica de Guiné-Bissau na economia política global a coloca numa posição de grande dependência internacional, demandando com frequência assistência e empréstimo, por meio da ajuda externa e cooperação internacional. Neste contexto de forte dependência, às concessões de licenças de pesca, assim como para compra de castanha de caju e mesmo extração de madeira, constituem uma grande fonte de renda para o Estado por meio de uma exploração econômica abusiva, de pouca fiscalização e de grande impacto ambiental. Com base nessas licenças, a UE é um dos parceiros mais importantes na área de pesca para a Guiné-Bissau. A influência contemporânea da União Europeia em África, que reforça a histórica relação assimétrica entre metrópole-colônia, permanece forte e presente em vários campos de atuação econômica (CAMARA, 2015, p.13), sobretudo na área de pesca na África Ocidental, como se vê no mapa abaixo.

Figura 3 - Os acordos de pesca da União Europeia na África Ocidental



Fonte: Neil Munshi (2020)

Na segunda década dos anos 2000, houve uma redução de 40% na renda acumulada pelos pescadores de pequena escala na África, devido ao fraco número dos pescados disponíveis, pois a maior parte dos recursos pesqueiros são levados para o exterior. Essa situação precisa ser revertida devido a insegurança alimentar vivida em diversos contextos costeiros africanos, que encontram nos pescados uma importante fonte de nutrientes, por vezes a única (OKAFOR-YARWOOD, 2022).

Mas além da Europa, Guiné-Bissau também faz cooperação com a China, em modalidade diferente da que faz com a UE, uma vez que são baseadas em infraestruturas. O acordo com a China prevê a construção de infraestruturas no país e em troca embarcações com a bandeira do país podem pescar nas águas do território nacional. Assim, as duas grandes potências na qual a GB se manteve e ainda mantém as cooperações, apresentam ideologias e modelos de relacionamento muito distintos. Enquanto a União Europeia diz preferir cooperar com democracia e países que respeitam e os direitos humanos, suspendendo acordos em

períodos de instabilidade política, golpe de Estado ou regimes ilegítimos, a China não se preocupa com tais questões, afirmando o não envolvimento nos assuntos domésticos das "nações amigas". Decorre que os ganhos a favor da China são sempre maiores se comparados aos da UE em seus empréstimos e investimentos nos países africanos. Hoje a China é o maior exportador de pescado no mundo, atingindo em 2008 cifras de US \$10.2 bilhões. (INFANDA, 2021)

Neste sentido, vários autores têm criticado a implementação cega de modelos de desenvolvimento, nos países africanos, que foram foram demandados desde fora. É necessário pensar em práticas, políticas e modelos distintos, que digam respeito aos interesses e anseios africanos, pois até aqui não houve grandes mudanças para boa parte desses países, que ainda continuam dependentes das principais potências capitalistas.

Questionamos então porque os países africanos, em especial os que firmam acordos com a União Europeia, não criam políticas de industrialização local, utilizando seus recursos marinhos para vender a esses países da UE e ganhar mais? A quem estes acordos beneficiam? Como eles afetam os países africanos, em especial da Guiné-Bissau? Será que são os países africanos envolvidos nesse acordo com UE que dependem dele ou é o contrário? Não seria interessante repensar as políticas de acordos de pesca, reavaliando preços e contrapartidas, valorizando a indústria local e seus recursos marinhos, para daí então exportar para os seus parceiros internacionais?

Nas exportações dos recursos marinhos, Guiné-Bissau tem perdido muito dinheiro em detrimento do Senegal, visto que 99% do pescado industrial são transportados e descarregados no porto de Senegal, o que acaba refletindo para abastecer o cofre e aumentar o PIB (Produto Interno Bruto) do Senegal, em detrimento da Guiné-Bissau. De acordo com o presidente da Associação Nacional dos Armadores e Industriais de Pesca da Guiné-Bissau (ANAPI), Alberto Pinto Pereira, a Guiné-Bissau precisa pensar na criação dos mecanismos para começar a industrializar os seus recursos marinhos, pois está perdendo muito dinheiro para Senegal que tem se beneficiado das exportações dos pescados nas águas do país. (DARAME, 2022).

As negociações de pesca na Guiné-Bissau são feitas de acordo com os interesses do governo empossado. O acordo pode ser renovado e prorrogado por tempo de 1, 3, 4 ou 5 anos. Estas renovações dependem da negociação estabelecida com o governo empossado, em particular com o Ministério das Pescas, principal instância responsável pelo licenciamento das pescas. Os acordos podem ser suspensos em períodos de instabilidade política, momentos em que as condições de fiscalização e controle marítimo também são mais dificultosas por parte dos agentes do Estado guineense.

No dia 15 de novembro de 2018, Guiné-Bissau e União Europeia assinaram um novo acordo de pesca, com uma duração de cinco anos e que pode trazer ao cofre do Estado cerca de 100 milhões de euros, nos cinco anos seguintes. O valor de compensação financeira anual, que é calculada proporcionalmente na possibilidade de pesca que a Guiné-Bissau atribui à UE, teve uma subida de 9,2 para 15,6 milhões de euros e alguns países da Europa podem pescar até 18 mil toneladas por ano nas águas do território guineense. Este acordo permite que navios de Espanha, Portugal, Itália, Grécia e França pescam nas águas guineenses e inclui a pesca de atum, cefalópodes, camarão e espécies demersais (linguados e garoupas). Em troca, a União Europeia passa a pagar à Guiné-Bissau 15,6 milhões de euros durante os próximos 5 anos (DARAME, 2018).

No ano deste mesmo acordo, em 2018, o presidente da Associação dos Marinheiros da Guiné-Bissau, João Cá, acusou o governo de Guiné-Bissau de assinar os acordos de pesca sem primeiro escutar as reivindicações dos sindicatos que reivindicavam melhoria das condições de trabalho, de salário e o aumento dos funcionários nos barcos da UE. Isso pois a Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelece que todos os trabalhadores da área marítima devem receber um salário base de 614 Dólares, sendo os barcos da UE eles pagam um salário-base de 400 dólares. A direção do sindicato tentou entrar em contato com o Ministério da Pesca para estabelecer uma reunião antes de assinar os acordos, mas sem sucesso. Além de estabelecidos sem o diálogo com os trabalhadores do setor pesqueiro e a sociedade guineense, os acordos de pesca com a União Europeia também são frequentemente acusados de serem pouco transparentes, sendo elaborados em condições duvidosas e espúrias (DARAME, 2018)

Há uma diminuição da receita guineense resultante da emissão de licenças, visto que as taxas de captura estão em diminuição. Tal fato levará ao risco de sobrepesca, da dilapidação da vida marinha e impactos na economia no setor pesqueiro. Isso tem levado a uma maior tomada de consciência entre aqueles que concedem as licenças em Guiné-Bissau. A própria diminuição da taxa de captura foi citada no plano estratégico de desenvolvimento das pescas (2015-2020), reconhecendo que o atual regime de exploração dos recursos não traz benefícios financeiros pretendidos e conduz a delapidação dos recursos nacionais (EMBALÓ, 2021).

6 METODOLOGIA

Este trabalho tem como finalidade analisar os acordos de pesca que a Guiné-Bissau faz com a UE. Para isso irei trabalhar com uma pesquisa mais centralizada numa abordagem

metodológica qualitativa, procurando as fontes empíricas e documentais, registros sobre os acordos internacionais, artigos científicos, relatórios técnicos e governamentais, leis e decretos. Também relatos de denúncias e matérias jornalísticas, para dar mais ênfase e fortalecer mais este estudo, que busca compreender como funcionam os acordos de pesca na Guiné-Bissau, considerando os agentes e as estratégias de concessões de licenças de pesca .

Uma primeira chave da pesquisa pretende focar em documentos que tratam sobre os assuntos dos acordos de pesca entre a Guiné-Bissau e a União Européia, analisando-os, comparando-os e analisando seus diferentes contextos de confecção e assinatura. Também pretendo examinar alguns outros documentos feitos pelas conferências da UE com outros países da África na área marítima, disponíveis em bancos de dados públicos, durante o período citado. Uma segunda chave da investigação busca trabalhar com as fontes bibliográficas e trabalhos de pesquisa (monografias, artigos e teses) já feitos sobre o assunto, para poder encontrar mais informações e apurar argumentos tais como, de que maneira a Guiné-Bissau tem gerido os seus acordos de pesca com os seus parceiros internacionais e subregionais? Quais são os benefícios desse acordo para a população local desde o início das concessões das licenças de pesca?

As técnicas utilizadas na pesquisa consistem em produção de resenhas e resumos de artigos científicos, análise dos documentos de acordos de pesca e também na feitura e no exame dos questionários que vão ser lançados para os profissionais do Ministério das pescas da Guiné-Bissau, com questões ligadas aos acordos feitos nesse período.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Cristiana; NUNES, Maria Carmo et al: Limites Marítimos da Guiné-Bissau. **ResearchGate**. (2016). Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Limites-maritimos-da-Guine-Bissau-a-Esquema-da-personal-geodatabase-dividida_fig3_321251814. Acessado no dia
- CAMARA, Awa. **O Impacto da Cooperação da União Europeia no Desenvolvimento Económico e Social na Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestre em ciências políticas e relações internacionais- Especialização em Globalização e Ambiente 30 Set. 2015.
- CASSANÁ; Lona; Lopes, Políticas Públicas e Estratégias de Resiliência ligadas aos ODS, ao quadro Sendai e ao Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas.
- DARAME, Braima. Atividade de Pesca na Guiné-Bissau só Beneficia o Senegal. **DW** 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/atividade-de-pesca-na-guin%C3%A9-bissau-s%C3%B3-beneficia-o-senegal-denuncia-associa%C3%A7%C3%A3o/a-61898655> Acessado no dia 19/01/2023. às 14h34.
- DARAME, Braima: Acordo de Pesca Guineense Pode Atingir 100 Milhões de Euros. **DW**. 2018, disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/novo-acordo-de-pesca-poder%C3%A1-render-100-milh%C3%B5es-de-euros-%C3%A0-guin%C3%A9-bissau/a-46383753>. Acessado no dia 11/08/2021 às 00h06 minutos).
- DIAS, Emanuel. **Caracterização da Comunidade de Pequenos Peixes Pelágicos e da Dieta do Predador, Caranx Hippo, no Parque Nacional Marinho João Vieira Poilão, Guiné-Bissau**. 2016. Dissertação de Mestrado em Biologia da Conservação. Universidade de Lisboa.
- EMBALÓ, Lamine. **Pesca sustentável: Análise da sustentabilidade da política de pescas na Guiné-Bissau**. Outubro de 2021. Dissertação (Mestrado em Governação Sustentabilidade do Mar. Pela escola de Ciências Sociais e Humanas).
- Eurisles. **Os 5 principais Portos da Guiné-Bissau**. 2022. Disponível em: <https://www.eurisles.org/pt/les-5-principaux-ports-en-guinee-bissau>. acessado no dia 19/01/2023). as 18h11
- FRANK, André Gunder :O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento”. **Monthly Review**, vol. 18, nº 4, setembro de 1966.
- GOUVEIA, Flávio Apud, NOMURA, Ichiro. Ciência do Mar. **O Futuro da Pesca e da Aquicultura Marinha no Mundo**. Cienc. Cult. vol.62 no.3 São Paulo, 2010.
- INFANDA, Beto: **A Política Externa Da República Popular Da China Para a República Da Guiné-Bissau: Uma Análise Da Cooperação Para o Desenvolvimento a Partir De Investimentos Em Infraestruturas**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia) 2021

INTCHAMA, Jeremias Francisco e ARAÚJO, Rogério César Pereira. **Análise da Produção e Economia do Setor Pesqueiro da Guiné-Bissau, Costa Ocidental da África**, Campo Grande, julho de 2010.

MACHADO, Luiz Toledo: **A Teoria da Dependência da América Latina**. 1999.

MUNSHI, Neil: The Fight For West Africa's Fish. **Financial Times**. Gâmbia. 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/0eb523ca-5d41-11ea-8033-fa40a0d65a98>. Acessado no dia 20/01/2023 às 14h30.

NANSIL, Sumba : Guiné-Bissau Rejeita Discriminação da União Europeia no Novo Acordo de Pesca. **E-Global Notícias em Português**. 2017. disponível em: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-rejeita-descriminacao-da-uniao-europeia-no-novo-acordo-de-pesca/comment-page-1/#comment-6318>. Acessado no dia 10/08/2021, às 23h11 minutos.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi. West Africa's fisher women are experts at coping with job insecurity – but policymakers are using their resilience against them. **The Conversation**, 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/west-africas-fisher-women-are-experts-at-coping-with-job-insecurity-but-policymakers-are-using-their-resilience-against-them-188027>. Acessado no dia 20/01/2023 às 21h45.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi. African countries must protect their fish stocks from the European Union - here's how. **The Conversation**, 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/african-countries-must-protect-their-fish-stocks-from-the-european-union-heres-how-177095#:~:text=The%20EU%20has%20two%20forms,and%20through%20the%20Indian%20Ocean> acessado no dia 20/01/2023 à 21h50.

PEREIRA, Martina. **Ecoturismo na Guiné-Bissau: Caso dos Arquipélagos dos Bijagós**. 2019. trabalho de conclusão do curso (tcc) em humanidades. Unilab.

SAMPA, Pascoal Jorge: Raízes do Colonialismo na África- o Caso da Guiné-Bissau . **Njinga e Sapé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA). v.1, nº 1; p.200-216 | jan./jun. 2021

TE, Gualdino Afonso. **Pescarias Industriais De Arrasto Na Plataforma Continental Da Guiné-Bissau**. Repositório. ufc.br, 2005).